

Processos de  
Organicidade e  
Integração da  
Educação Brasileira  
2

Marcelo Máximo Purificação  
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres  
José Humberto Rodrigues dos Anjos  
(Organizadores)

Processos de  
Organicidade e  
Integração da  
Educação Brasileira  
2

Marcelo Máximo Purificação  
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres  
José Humberto Rodrigues dos Anjos  
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo

**Edição de Arte:** Luiza Batista

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof<sup>a</sup> Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof<sup>a</sup> Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof<sup>a</sup> Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof<sup>a</sup> Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
P963	<p>Processos de organicidade e integração da educação brasileira 2 [recurso eletrônico] / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres, José Humberto Rodrigues dos Anjos. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF            Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader            Modo de acesso: World Wide Web            Inclui bibliografia            ISBN 978-65-5706-155-8            DOI 10.22533/at.ed.558202906</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.            3. Educação – Pesquisa – Brasil. I. Purificação, Marcelo Máximo.            II. Torres, Cláudia Regina de Oliveira Vaz. III. Anjos, José Humberto Rodrigues dos.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.710981</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior   CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores, tornamos público o volume 2 da obra “Processos de Organicidade e Integração da Educação Brasileira”. Nele, 17 textos que trazem resultados de pesquisas de 54 pesquisadores cujos diálogos se organizaram na educação e seus contextos. Nesses capítulos os autores discutem os temas e desenrolam os problemas propostos, abrindo um leque de pressupostos que nos ajudam a entender a educação e sua amplitude social. Acreditamos que a argúcia e a sensibilidade de cada leitor os conduzirá nas trilhas da educação integrada com temas diversos.

Nesta obra, pontuamos 32 palavras-chave que poderão conduzir com mais clareza conexões advindas dos processos de organização e integração da educação brasileira. Entre elas podemos citar: Educação – especial, de adultos, médica e pública -, Ensino – aprendizagem e de biologia -, Gestão/administração – pública e centralizada -, aprendizado ativo e aprendizagem, empreendedorismo, recurso didático, universidade...

Uma obra, em que questões educacionais, pedagógicas, didáticas e sociais, emergem na linguagem clara e acessível de cada autor/a, nos conduzindo à discussões e reflexões diversas. Isto dito, apresentamos prévias das temáticas discutidas: O patrimônio social e seus impactos nos indicadores de qualidade...; O papel do tutor-professor na EAD em nível superior...; Graduação tecnológica no Brasil e na França...; Gestão centralizada na escola pública...; O uso de plataformas digitais para o ensino...; Avaliação do uso do aplicativo WhatsApp no processo de ensino e aprendizagem ...; Aprendizagem baseada em projetos...; As diretrizes curriculares...; Deficiência visual..., (...) Práticas empreendedoras no curso técnico em nutrição e dietética; Modelos tridimensionais como proposta para o ensino lúdico..., O uso de chatbot no ensino de espanhol..., Avaliação (...) instituição de ensino superior..., Animações lúdicas em vídeos..., Controle interno: ferramenta de gestão..., O protagonismo do aluno..., Metodologia de Ensino e Aprendizagem...Com isso, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação  
Cláudia Regina de Oliveira Vaz Torres  
José Humberto Rodrigues dos Anjos

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O PATRIMÔNIO SOCIAL E SEUS IMPACTOS NOS INDICADORES DE QUALIDADE DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS CATARINENSES: UMA INVESTIGAÇÃO QUANTITATIVA SOBRE SUAS RELAÇÕES	
Amerci Borges da Rosa Karina Vidal Bastos Mauricio Andrade de Lima Carlos Rogério Montenegro de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5582029061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>21</b>
O PAPEL DO TUTOR-PROFESSOR NA EAD EM NÍVEL SUPERIOR: ASPECTOS HISTÓRICOS E O RECONHECIMENTO LEGAL	
Érica de Melo Azevedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5582029062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>33</b>
GRADUAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL E NA FRANÇA: EM BUSCA DE UM PERFIL IDENTITÁRIO DENTRO DA RELAÇÃO ENSINO/TRABALHO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR BRASILEIRAS	
Marise Miglioli Lorusso	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5582029063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>47</b>
GESTÃO CENTRALIZADA NA ESCOLA PÚBLICA: AMEAÇA EMINENTE PARA A EDUCAÇÃO	
Deise Bastos de Araújo Derivan Bastos Santos Stênio Rodrigo Ferreira Bonfim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5582029064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>53</b>
O USO DE PLATAFORMAS DIGITAIS PARA O ENSINO: SEMIOLOGIA, ESCRITA TÉCNICA E PATOLOGIAS	
João Arthur Bezerra Fernandes Davi Prado Haguette Priscila Dourado Evangelista	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5582029065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>61</b>
AVALIAÇÃO DO USO DO APLICATIVO <i>WHATSAPP</i> NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO PROGRAMA DE MONITORIA	
Fernanda Eunice Araújo Câmara Régia Maria Cordeiro Brito Rebouças Ana Vaneska Passos Meireles Eliane Mara Viana Henriques Maria Soraia Pinto Natália Sales de Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5582029066</b>	



**CAPÍTULO 7 ..... 69**

APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETO: UMA METODOLOGIA ATIVA PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Luci Denise Martinolli Carvalho Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.5582029067**

**CAPÍTULO 8 ..... 77**

AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: REFORMAS, CONTEÚDOS E PERSPECTIVAS DE INOVAÇÃO

Ana Denise Ribeiro Mendonça Maldonado

Antonio Sérgio Eduardo

José Soares Ribeiro

Fabio Gomes da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.5582029068**

**CAPÍTULO 9 ..... 90**

DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA EXPERIÊNCIA DE INCLUSÃO NO ENSINO DE BIOLOGIA

Vera Lucia Pereira Lopes

Karla Adrielly Fernandes Oliveira

Maria do Carmo Souza

Rogério Benedito da Silva Añez

Stenio Eder Vittorazzi

**DOI 10.22533/at.ed.5582029069**

**CAPÍTULO 10 ..... 95**

NUTRIEMPREENDER – PRÁTICAS EMPREENDEDORAS NO CURSO TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA

Robson Fernando Roseno Cardoso

**DOI 10.22533/at.ed.55820290610**

**CAPÍTULO 11 ..... 101**

MODELOS TRIDIMENSIONAIS COMO PROPOSTA PARA O ENSINO LÚDICO DE ANATOMIA VEGETAL PARA O ENSINO MÉDIO

Paloma Nair Gomes Batista

Bianca Bis Bastos do Carmo

Lainny Avelar Ramos

Jasminne Lóis Soares Silva

Valmira da Conceição Avelar

**DOI 10.22533/at.ed.55820290611**

**CAPÍTULO 12 ..... 104**

O USO DE CHATBOT NO ENSINO DE ESPANHOL

Marcos Vinícius de Souza Toledo

Bruno de Souza Toledo

Karina Dutra de Carvalho Lemos

Luiz Cláudio Gomes Maia

**DOI 10.22533/at.ed.55820290612**

**CAPÍTULO 13 ..... 114**

AValiação DA FORÇA DA MARCA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Luiz Rodrigo Cunha Moura

Paulo Roberto Ferreira

Alessandra Duarte de Oliveira

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>133</b>
ANIMAÇÕES LÚDICAS EM VÍDEOS COMO FERRAMENTA DE APOIO NA COMPREENSÃO DOS MECANISMOS IMUNOLÓGICOS	
Lis Aguiar de Vasconcelos Tales Melo Nogueira de Araújo Fernanda Assunção Tiraboschi Márcio Roberto Pinho Perereira Sílvia Fernandes Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.55820290614	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>140</b>
CONTROLE INTERNO: FERRAMENTA DE GESTÃO PARA A TOMADA DE DECISÃO NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL BRASILEIRA	
Vania de Oliveira Silva Silvana Mara Lente	
DOI 10.22533/at.ed.55820290615	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>153</b>
O PROTAGONISMO DO ALUNO NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL	
Juliana Maria da Silva Minguetti Maria Conceição Passeggi	
DOI 10.22533/at.ed.55820290616	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>169</b>
METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM POR EXPERIMENTOS NO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SOLDAGEM DA FATEC-SP	
Alexandre Benfica Marcos Antonio Tremonti Sergio Pamboukian	
DOI 10.22533/at.ed.55820290617	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>178</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>180</b>

## O PATRIMÔNIO SOCIAL E SEUS IMPACTOS NOS INDICADORES DE QUALIDADE DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS CATARINENSES: UMA INVESTIGAÇÃO QUANTITATIVA SOBRE SUAS RELAÇÕES

*Data de aceite: 01/06/2020*

*Data de Submissão: 13/03/2020*

### **Amerci Borges da Rosa**

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

Florianópolis - SC

<http://lattes.cnpq.br/8932215553020061>

### **Karina Vidal Bastos**

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

Florianópolis – SC

<http://lattes.cnpq.br/2473566033392889>

### **Mauricio Andrade de Lima**

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

Florianópolis - SC

<http://lattes.cnpq.br/6700505910643248>

### **Carlos Rogério Montenegro de Lima**

Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)

Florianópolis - SC

<http://lattes.cnpq.br/8672664089450186>

**RESUMO:** O presente artigo resulta da pesquisa que teve como objetivo identificar o nível de relação entre o Patrimônio Social das universidades comunitárias catarinenses e os índices avaliativos do Ministério da Educação (MEC). Trata-se, nesse sentido, de uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa. Como objeto de pesquisa, foram relacionadas todas as 13

Universidades Comunitárias do estado de Santa Catarina, adotando-se, para a coleta de dados, a técnica documental, constituída da análise histórica dos balanços sociais e dos índices avaliativos definidos e avaliados pelo Ministério da Educação (MEC) no período de 2010 a 2017. Quanto à técnica de análise de dados, foi utilizada a estatística descritiva e, quanto aos resultados, foi identificada uma relação positiva entre as variáveis observadas por meio do Coeficiente de Correlação Linear de Pearson, assim como se constatou que as Instituições Catarinenses de Ensino Superior (ICES), que conseguiram aumentar seu patrimônio social ao longo dos anos, obtiveram índices maiores. Como conclusão, este estudo sugere que os investimentos na estrutura física das ICES influenciam positivamente os indicadores de qualidade do MEC, de forma a complementar as demais atividades acadêmicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Universidade Comunitária, Patrimônio Social, indicadores de qualidade, MEC

## SOCIAL HERITAGE AND ITS IMPACTS ON THE QUALITY INDICATORS OF CATARINIAN COMMUNITY UNIVERSITIES: A QUANTITATIVE RESEARCH ON ITS RELATIONSHIPS

**ABSTRACT:** This article is the result of research that aimed to identify the level of relationship between the Social Patrimony of Santa Catarina community universities and the evaluative indices of the Ministry of Education (MEC). In this sense, it is a descriptive, quantitative research. As a research object, all 13 Community Universities in the state of Santa Catarina were listed, adopting, for data collection, the documentary technique, consisting of the historical analysis of the social balance sheets and the evaluation indexes defined and evaluated by the Ministry of Education (MEC) in the period from 2010 to 2017. As for the data analysis technique, descriptive statistics was used and, regarding results, a positive relationship was identified between the variables observed through Pearson's Linear Correlation Coefficient, as well as it was found that the Santa Catarina Higher Education Institutions (ICES), which managed to increase their social assets over the years, obtained higher rates. In conclusion, this study suggests that investments in the physical structure of the ICES positively influence the quality indicators of the MEC, in order to complement the other academic activities.

**KEYWORDS:** Community University, Social Equity, Quality Indicators, MEC

### 1 | INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil, principalmente a partir dos anos de 1995, vem apresentando uma expansão significativa. No período de 1995 a 2014, houve uma expansão no número de matrículas no ensino superior, na ordem de 315%, sendo que, na rede pública, o crescimento foi de 175,86% e, na privada, de 407,33% (Censo da Educação Superior - MEC/Inep, 2014). Segundo dados do Censo de Educação Superior 2014 - MEC/INEP, naquele ano, o Brasil representava o quinto maior mercado de ensino superior do mundo e o maior mercado de ensino superior da América Latina, com aproximadamente 7,8 milhões de estudantes matriculados. Cerca de 83,9% IES brasileiras eram faculdades, mas nelas estavam matriculados apenas 28,6% dos estudantes. As 195 Universidades no Brasil, em menor número, equivaliam a 8,2% do total de IES, concentravam 53,2% das matrículas dos cursos de graduação. A quase totalidade (90%) dos cursos nas Universidades fixava-se na modalidade presencial. A maioria das Universidades era pública (56,9%). O grau acadêmico predominante dos cursos é o bacharelado (55,6%).

Na década de 1990, foi alterada a legislação do setor educacional, fornecendo um contexto permitindo que se apresentasse a configuração atual. Antes de 1996, o setor enfrentava fortes restrições regulatórias, que impediam a expansão da oferta de ensino superior por IES privadas, muito embora, com a constatação da insuficiência dos investimentos públicos nos diversos níveis do setor (SALVIANI, 2010). A partir da promulgação da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB*, em dezembro de 1996, um conjunto de medidas foi apresentado para atrair o investimento privado para

o setor, podendo-se citar a flexibilização das restrições regulatórias para a abertura de cursos e instituições e a regulamentação da lei que permitiu que as IES fossem constituídas como empresas com fins lucrativos (CARVALHO, 2013).

De acordo com Peixoto (2008), com a ampliação do mercado de ensino superior, verificou-se aumento de IES que não atendiam os requisitos básicos necessários para sua funcionalidade, destacando-se as condições de infraestrutura, recursos humanos e projetos curriculares. Diante das mudanças do quadro legal e de seus desdobramentos, paralelamente, o Brasil buscou diferentes formas e mecanismos para avaliar a educação superior, originando, como resultado deste processo, no ano de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, com a proposta de ser, realmente, um sistema integrador, que garantisse informações e análises da totalidade da educação superior permitindo, assim, que políticas educativas fossem instaladas tanto em nível nacional pelos órgãos pertinentes quanto em âmbito institucional, articuladas pelas IES (POLIDORI, 2006).

Visando explicar as perspectivas analisadas pelo SINAES, Ristoff e Giolo (2006, p. 205) fazem a seguinte analogia: “poderíamos dizer que olhar para a instituição seria como olhar para um edifício, olhar para o curso seria como olhar para apartamento, e olhar para o estudante seria como olhar para o morador”. A análise dessas três perspectivas deve ser realizada de maneira distinta, uma vez que ao se olhar para um edifício, pergunta-se se a sua estrutura é forte, se existe espaço suficiente, se atende as normas de segurança; e, quando se analisa uma universidade, o pensamento não é diferente, verificando se ela possui laboratórios, salas de aulas em boas condições, bibliotecas e espaço físico (RISTOFF; GIOLO, 2006). Com essa regulação, as instituições passaram a se preocupar em realizar melhorias em suas instalações, inclusive construindo novas unidades, reformando as salas de aula e laboratórios já existentes, possibilitando aumentar a demanda de alunos e cursos ofertados, além disso, se posicionando, de forma estratégica, no mercado (BRASIL, 2004).

Foi, portanto, diante da possibilidade de contribuir no processo de reorganizar e planejar a gestão acadêmica e administrativa das IES e, considerando a necessidade de se ampliar o conhecimento sobre um tema inserido em um contexto competitivo e com intensa regulação estatal, que se decidiu realizar o presente estudo, partindo da seguinte pergunta de pesquisa: Qual a relação entre os investimentos realizados pelas ICES em imobilizado, e seus impactos nos indicadores avaliativos do MEC?

Para responder à pergunta, esta pesquisa traçou como objetivo analisar se os investimentos em imobilizado realizados pelas Instituições Catarinense de Ensino Superior (ICES) impactam nos indicadores avaliativos do MEC.

Trata-se de um estudo quantitativo a partir de informações de 13 ICES, sendo que a técnica de coleta de dados foi documental, isto é, análise histórica dos balanços sociais e os índices avaliativos definidos e avaliados pelo Ministério da Educação (MEC) no

período de 2010 a 2017. Para a análise de dados foi utilizada estatística descritiva e multivariada. Ao se analisar a relação dos investimentos do imobilizado com os resultados dos indicadores avaliativos definidos pelo MEC, nas ICES em questão, espera-se contribuir de forma efetiva para avaliar o real papel dessas instituições e desses investimentos na busca de um ensino de maior qualidade, assim como, criar oportunidades de estudos sistemáticos no sentido de promover uma compreensão desta relação em potencial.

Na elaboração deste artigo, estruturou-se o tema abordado em quatro seções: 1) esta Introdução, que visa apresentar o trabalho; 2) o Referencial teórico, apresentando os conceitos sobre o tema pesquisado; 3) a Metodologia, relatando os procedimentos realizados na pesquisa; 4) os Resultados da pesquisa, onde são relacionados os indicadores, as evoluções dos patrimônios, os indicadores de imobilização, e os indicadores do MEC; e 5) as Considerações finais.

## **2 | REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Univesidades comunitárias e o processo de avaliação**

O setor do ensino superior brasileiro possui a característica de ser bastante diversificado, e vem se transformando ao longo dos anos, tanto no setor privado, quanto no público. Nesse sentido, para se entender como é estruturado o “universo” das IES no Brasil, recorreu-se à legislação pertinente, ou seja, a n. Lei 9.394/96, art. 16 e 20 e, mais especialmente, ao Decreto n. 3.860/2001, o qual, quanto à administração, classifica as IES em Organizações Universitárias e Não Universitárias (Figura 1).

As organizações universitárias são divididas em: universidades, universidades especializadas e centros universitários. Ainda nesse grupo, as universidades, podem ser classificadas em públicas (federal, estadual ou municipal), privadas com fins lucrativos, e privadas sem fins lucrativos (comunitária, confessional ou filantrópica). As não universitárias dividem-se em: Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) e Centros de Educação Tecnológica (CETs), faculdades integradas, faculdades isoladas e institutos superiores de educação (MONDINE; DOMINGUES, 2005).

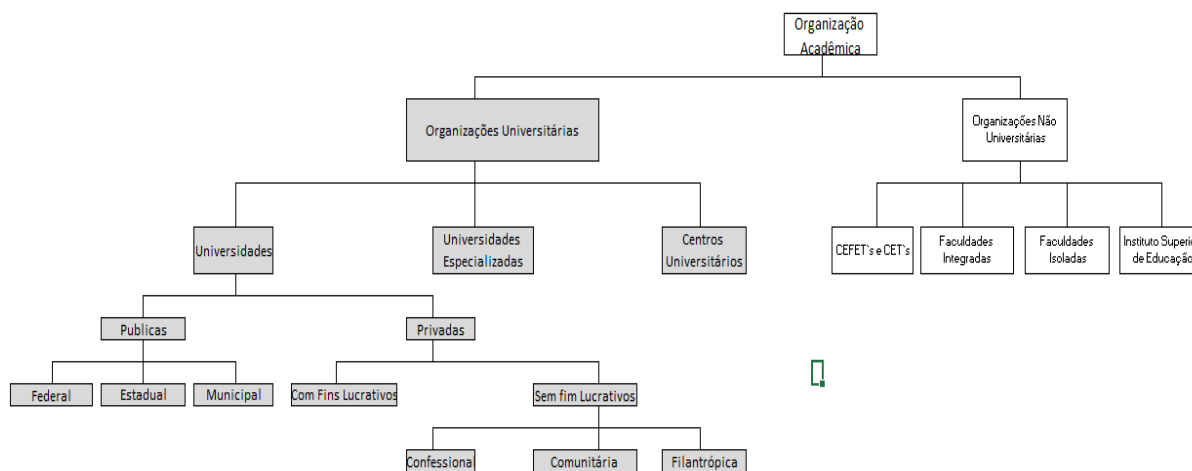


Figura 1 - Organização Administrativa das IES

Fonte: Adaptado de Mondine e Domingues, 2005.

No setor privado, é possível distinguir o posicionamento das universidades em dois segmentos: com fins lucrativos (empresariais) e sem fins lucrativos (confessional, comunitária e filantrópica) (BITTAR, 2001). Nota-se que a expansão dessas universidades ocorreu de forma rápida e considerável, posicionando-se como concorrentes do setor público, e contando, ainda, que poderiam buscar apoio do governo.

De acordo com Bittar (1999), as universidades comunitárias se constituem de diversas formas, apresentando identidades distintas de outras instituições do ensino superior. Nesse sentido, observa-se que algumas estão mais adiantadas neste processo de construção de identidade do que outras. Para Vannucchi (2004), as instituições privadas, mesmo caracterizadas como pessoas jurídicas, ainda assim, são exigidas pela sociedade, visando apresentar um ensino/produto de qualidade.

Conforme Schmidt (2010), as universidades comunitárias são criadas pela comunidade com objetivo de fornecer serviços considerados de interesse público, embora realizados por uma instituição privada. Nesse mesmo entendimento, segundo Lückmann, Cimadon e Bernart (2015), essas instituições realizam os serviços em substituição ao Estado, e podem, apesar de serem consideradas entidades privadas, ser chamadas de públicas, considerando o aspecto de público não estatal. Isto é, enquanto as IES públicas são assim consideradas pelo fato de usar capital público; as comunitárias são chamadas de públicas, porém usam recursos de origem mista, privado e público.

Desse modo, visando atender os anseios da sociedade, bem como as exigências da regulamentação e controle por parte do governo, passou-se a fazer a avaliação das entidades. Para Dias Sobrinho (2010), as avaliações produzem mudanças no sistema de ensino, de avaliação dos estudantes, alterando conceitos no sistema educativo; contudo, lembra ele, para que estas mudanças surtam resultados, carecem de investimentos por parte das entidades. Corroborando esse entendimento, Dias Sobrinho (2010), Ristoff e Giolo (2006) entendem que os sistemas de avaliação aplicados visam manter a diversidade

e as particularidades de cada organização acadêmica; mas não limita os esforços para atender as necessidades identificadas.

No aspecto mercadológico, não se pode afirmar que toda instituição de educação superior tem como função servir o mercado, mas, com certeza, todas visam trazer benefícios para a sociedade, Dias Sobrinho (2004) entende que a avaliação tende a gerar uma melhor formação para a cidadania. Para Junior (2009), os modelos criados no governo Fernando Henrique Cardoso tinham um caráter individual, enquanto os modelos anteriores tinham um caráter formativo.

Em 2004, a Lei n. 10.861 criou o SINAES, um sistema de avaliação que busca avaliar as instituições universitárias em todos os seus aspectos, tais como: avaliação dos cursos, dos estudantes e da instituição. Essa avaliação visa melhorar a qualidade de ensino, dos cursos, além de verificar a confiabilidade da instituição (MEC, 2019). Com os resultados obtidos, a partir dessa avaliação, é possível delinear a atual situação das instituições brasileiras de ensino, além de verificar a qualidade do ensino oferecido.

De acordo com Abreu Junior (2009, p. 265), “[...] não se trata de avaliar isoladamente conhecimentos, docentes individuais, estudantes como categoria separada. Trata-se de avaliar a instituição como um todo”. Esse novo sistema de avaliação possibilita centralizar a informação, considerando todos os seus componentes. Com a necessidade de melhoria na qualidade do ensino superior, os novos processos de avaliação surgem para gerar maior confiabilidade nas instituições de ensino, nos cursos ofertados e no desempenho dos acadêmicos, destacando, ainda, que os instrumentos de avaliação trabalham de forma complementar, buscando resultados de forma integrada.

Abreu Junior (2004) destaca que o SINAES pode ser considerado um sistema integral, visto que integra diversos instrumentos de avaliação, de informação; os espaços de avaliação do MEC; a autoavaliação interna e externa, buscando articular a avaliação e a regulação, propiciando a avaliação e efetivação dos objetivos de políticas para a educação superior. Para Dias Sobrinho (2010), a proposta do SINAES é uma avaliação global e integradora; mais do que ser um simples instrumento, que se fundamente em uma avaliação integrada, com objetivo de unir a avaliação e a regulação.

O SINAES possui cinco tipos de avaliação, com notas de 1 a 5: a) Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes: prova aplicada (referente ao conteúdo do curso) aos alunos do curso de graduação, ingressantes e concluintes; b) CI – Conceito Institucional: avaliação *in loco*, feita pelo MEC, por meio de visitas às instituições de ensino; c) CPC – Conceito Preliminar de Cursos: considerada a avaliação dos alunos referente à instituição, ao curso e ao corpo docente; d) IDD – Índice de Desenvolvimento Discente: busca avaliar a capacidade da instituição em transmitir conhecimento ao aluno; 4) IGC – Índice Geral de Cursos: avalia a instituição de modo geral, sendo referência no quesito de qualidade nos cursos de graduação e pós-graduação (INEP, 2019).

Para Silva e Gomes (2011), a avaliação institucional é realizada por meio de visitas



*in loco*, pela comissão especializada, com o intuito de analisar e avaliar as instalações, a estrutura das salas de aula, os equipamentos, o corpo docente e a organização didático-pedagógica. Na avaliação institucional, os avaliadores observam as condições físicas oferecidas aos alunos. As instituições, por sua vez, estimulam-se a realizar os investimentos necessários para atender as exigências.

Com o desenrolar das avaliações, alguns aspectos são ajustados no método avaliativo das instituições, como, por exemplo: quanto à adequação da infraestrutura por meio de bibliotecas, salas de aula, laboratórios, conforme demanda da instituição, além da implantação de políticas de conservação, utilização e segurança. Por fim, finalizado esse processo avaliativo, são atualizados os processos de regulação das instituições (BRASIL, 2004).

Os cursos superiores têm a função de desenvolver o potencial e as habilidades dos alunos, sendo que, para isso, o projeto pedagógico deve conter os elementos que norteiam o curso, identificando as condições oferecidas aos alunos. Nesse sentido, ele deve, ainda, além de organizar as relações pedagógicas, verificar o corpo social e as instalações oferecidas. (DE BRITO, 2008). Assim, as ICES são incentivadas a realizar os investimentos necessários, visando atender os aspectos da avaliação do SINAES, no quesito da avaliação institucional, a fim de obter bons conceitos nas avaliações.

É nesse sentido que Ristoff e Giolo (2006) fazem a analogia da avaliação dos SINAES com um edifício, conforme relatado na introdução deste artigo, em que, ao olhar para a instituição com um prédio, os apartamentos seriam os cursos. Trazendo esse contexto para os investimentos que as instituições têm que direcionar, entende-se que, para que a instituição e os cursos tenham boas condições de uso e atendam às necessidades no MEC, entram os valores que são alocados em imobilizados.

## **2.2 Índice Geral de Cursos – IGC e Conceito Institucional – CI**

O IGC é um indicador que busca, de certa forma, criar um comparativo de qualidade entre as instituições, verificando a qualidade delas, nivelando as instituições e os cursos ofertados na graduação, pós-graduação e mestrado, além de posicioná-las diante do mercado. . Em todos os instrumentos de avaliação, as notas variam de 1 a 5, sendo que 1 e 2 são notas consideradas ruins, nota 3 é considerada regular, e notas 4 e 5 são consideradas como conceito máximo (INEP 2019).

Esse índice leva em consideração a infraestrutura da universidade, o planejamento didático e o corpo docente. Com o passar dos anos, o IGC se tornou um grande potencial de publicidade para as universidades, pois, uma vez alcançada a nota máxima ou regular, seja pelo curso ofertado ou pela instituição de maneira geral, ela acaba se tornando alvo, por garantir maior credibilidade e segurança para quem está buscando uma IES (BITTENCOURT; CASARTELLI; RODRIGUES, 2009).

Conforme dados do INEP (2019), para a composição da nota do IGC, são utilizados os seguintes critérios: a) média dos CPCs do último triênio, referente aos cursos avaliados da instituição, através da quantidade de matrículas, conforme o curso; b) média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, fornecido pela CAPES, de acordo com a última avaliação trienal disponível, sendo verificada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes; c) ocorre a distribuição dos estudantes conforme os níveis de ensino, graduação ou pós-graduação *stricto sensu* (para as instituições que não ofertam cursos de pós-graduação, o item b é excluído).

Peixoto (2008) complementa que o IGC é resultado das avaliações realizadas nos cursos por meio do ENADE, combinado com os resultados das avaliações da pós-graduação e da formação acadêmica e função desempenhada pelo corpo docente na IES.

O CI é realizado por meio de visitas às IES, realizadas por especialistas enviados pelo MEC, em que são avaliadas as instalações da universidade, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, os colaboradores, o corpo docente, a gestão, e as políticas de ensino aplicadas na graduação, pós-graduação e extensão (BRASIL, 2004, p. 10)

O conceito da avaliação externa envolve diretamente a infraestrutura física de ensino e pesquisa; biblioteca, laboratórios, recursos de informação e comunicação, que devem estar de acordo com as informações constantes nos documentos oficiais. Além desses, outros aspectos são pautados na avaliação, como: administração, organização e gestão da universidade; planejamento e avaliação; responsabilidade social; políticas internas dos funcionários; e políticas de ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão (BRASIL, 2010). O INEP (2019) destaca, ainda, que a avaliação institucional das IES é importante para a melhoria da qualidade da Educação Superior, a qual ajusta seus padrões, conforme define os instrumentos de avaliação, atingindo o objetivo traçado.

### 2.3 Influência do grau de imobilização - GI

De acordo com informações obtidas, (INEP, 2019), o CI visa averiguar as instalações, os equipamentos das ICES, portanto, entende-se que a estrutura física da ICES avaliada possui influência sobre o indicador. Segundo apontam Ristoff e Giolo (2006) e Silva e Gomes (2011), a avaliação do SINAES passa por uma avaliação da estrutura física.

O grau de imobilização – GI, por seu turno, representa o quanto as entidades destinaram do patrimônio social para o imobilizado, informando o quanto a entidade destina dos valores patrimoniais para o imobilizado (MATARAZZO, 2017), que é calculado pela seguinte fórmula 1:

$$GI = (\text{ativo imobilizado} / \text{patrimônio social}) \times 100 \quad (1)$$

Conforme afirmam Silveira e Borba (2010), as fundações são consideradas entidades

públicas, uma vez que estão sujeitas às normas estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, art. 70, parágrafo único, bem como pelo que estabelece a Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. Assim embasadas, uma de suas obrigações é prestar contas para a sociedade. A partir de então, mediante a prestação de contas, fiscalizadas pelo Ministério Público, conforme afirmam Kruger, Borba e Silva (2012), a sociedade passou a ter livre acesso às informações contábeis, principalmente a comunidade na qual essas instituições estão inseridas.

Segundo Frezatti (2001), os indicadores de longo prazo têm evidente relação com o planejamento estratégico da entidade, especialmente quando a entidade visa obter os indicadores aceitáveis nas avaliações do MEC. Segundo Fant (2016), quanto mais se aplica no longo prazo, mais faltam recursos para aplicar no curto prazo. Ora, se a empresa destina grande parte dos recursos para o imobilizado, logicamente que vai faltar para aplicar no curto prazo. Souza et al. (2009) corroboram este entendimento de que o GI aponta o quanto a entidade está destinando ao imobilizado. Sendo assim, quanto maior for este indicador, menores serão os recursos aplicados no circulante.

Para Lyra e Olinquevitch (2007), investir em imobilizado é comprometer os recursos de forma durável, com a expectativa de rentabilidade no longo prazo. Sendo assim, o gestor sacrifica um recurso imediato, com o intuito de retornos futuros. Para esses mesmos autores, esses investimentos em imobilizados devem surtir resultados futuros, devendo esses rendimentos ser superiores aos investimentos. Segundo Grazioli et al. (2015), o imobilizado representa os bens próprios, utilizados na manutenção das entidades e são usados na atividade da entidade. Sendo assim, representa os imóveis, as instalações, o mobiliário, os veículos entre outros bens. No caso das ICES, o imobilizado representa todo o corpo de instalações, à disposição dos alunos.

Nesse contexto, têm-se autores, como Dias Sobrinho (2010) e Ristoff e Giolo (2006), que defendem que a avaliação deve gerar conhecimentos; já para autores como Silva e Gomes (2011), a avaliação deve se envolver com os aspectos institucionais. Contudo, para atender as necessidades das avaliações, as entidades necessitam de investimentos, e, segundo Lyra e Olinquevitch (2007), os investimentos devem gerar resultados, sendo que, no caso das ICES, esses resultados futuros estão atrelados aos indicadores das avaliações realizadas pelo SINAES, os quais medem a qualidade do ensino.

### **3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Quanto aos objetivos, a pesquisa aqui tratada é considerada descritiva. Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva visa descrever uma população, estabelecendo uma relação entre variáveis. Quanto à natureza, caracteriza-se como pesquisa quantitativa (HAIR Jr et al., 2005); CRESWELL, 2007). Quanto à escolha do objeto de estudo foi utilizada uma amostragem probabilística. Inicialmente, seriam utilizados dados das 16 universidades

integrantes da Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE. No entanto, finalizou-se com a amostra de 13 ICES, selecionadas a partir da forma jurídica, isto é, das 16 referidas universidades, foram escolhidas apenas as ICES comunitárias por serem constituídas sob o formato da fundação privada, e, nesse caso, por usarem o mesmo padrão de contabilidade, uma vez que são regulamentadas pela mesma norma contábil. O Quadro 1, a seguir, relaciona as 13 ICES selecionadas para a presente pesquisa.

ORDEM	NOME	MUNICÍPIO SEDE	SITE
1	UNIFEBE - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRUSQUE	Brusque	www.unifebe.edu.br
2	UNIBAVE - CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE	Orleans	www.unibave.net
3	UNIDAVI - CENTRO UNIVERSITÁRIO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAI	Rio do Sul	www.unidavi.edu.br
4	CATÓLICA SC - CATÓLICA DE SANTA CATARINA	Jaraguá do Sul	www.catolicasc.org.br
5	UNIPLAC - UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE	Lages	www.uniplac.net
6	UNESC - UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE	Criciúma	www.unesc.net
7	UNIVILLE - UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	Joinville	www.univille.br
8	UNIVALI - UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ	Itajaí	www.univali.br
9	UNC - UNIVERSIDADE DO CONTESTADO	Mafra	www.unc.br
10	UNOESC - UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA	Joaçaba	www.unoesc.edu.br
11	UNOCHAPECÓ - UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ	Chapecó	www.unochapeco.edu.br
12	UNIARP - UNIVERSIDADE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE	Caçador	www.uniarp.edu.br
13	UNISUL - UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA	Tubarão	http://www.unisul.br

Quadro 1 – Relação de ICES selecionadas para a pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quanto à coleta dos dados, a pesquisa dos demonstrativos contábeis ocorreu no *site* de cada universidade. Nos casos em que não foi possível obter os demonstrativos via *site*, foram solicitados via *e-mail* às instituições, sendo que foram obtidos 100% dos demonstrativos relacionados na amostra.

A pesquisa dos indicadores de IGC e CI foi realizada no *site* <http://emec.mec.gov.br/>, em 10/02/2019, utilizando a consulta avançada, selecionando-se o nome da instituição, em conjunto com a unidade de federação UF - no caso, o estado de Santa Catarina. Uma

vez definido o filtro do *site* do MEC, os dados foram extraídos em planilha do Microsoft Excel, organizando-se uma planilha para cada ICES selecionada.

Para a análise dos dados, primeiramente, foram adequadas as informações dos demonstrativos, para se obter as informações do valor do Imobilizado e o valor do patrimônio social de cada ICES. Posteriormente, foram calculados o GI, relacionados com o patrimônio social, e comparados, em gráfico, com o GI.

Em uma segunda etapa, com o intuito de fornecer um resumo simples sobre a amostra e sobre as observações que foram feitas, usou-se a estatística descritiva. A partir desses resumos, obteve-se a base da descrição inicial dos dados, como parte de uma análise estatística mais extensa, que se realizou em momento seguinte. Para medir a relação existente entre os dados, usou-se o Coeficiente de Correlação Linear de Pearson, considerado apropriado para descrever a correlação linear entre os dados numéricos. Assim, quando os dados estão correlacionados positivamente, significa dizer que estão correlacionados; quando são correlacionados negativamente, significa que não há correlação entre os dados apresentados. Para cálculo do coeficiente de Pearson, foi usada a fórmula 2.

$$r = \frac{\sum(x'.y')}{n-1} \quad (2)$$

Segundo Barbetta (2009), a correlação caracteriza-se por uma associação numérica, não sendo considerada uma relação de causa e efeito. Nesse caso, não se pode afirmar que o fato de apresentar um GI alto, necessariamente a entidade terá o maior conceito do MEC. Como o uso da ferramenta de correlação é um passo intermediário da análise, foi necessário fazer uso de outra ferramenta estatística.

Na teoria da probabilidade e estatística, correlação, também chamada de coeficiente de correlação, indica a força e a direção do relacionamento linear entre duas variáveis aleatórias. No uso estatístico geral, *correlação* se refere à medida da relação entre duas variáveis, embora correlação não implique causalidade. Nesse sentido geral, existem vários coeficientes medindo o grau de correlação, adaptados à natureza dos dados.

Vários coeficientes são utilizados para situações diferentes, sendo mais conhecido o coeficiente de correlação de Pearson, o qual é obtido dividindo-se a covariância de duas variáveis pelo produto de seus desvios padrão. Apesar do nome, essa correlação foi apresentada, inicialmente, por Francis Galton. Destaca-se que essa correlação falha em capturar dependência em algumas instâncias. Em geral, é possível mostrar que há pares de variáveis aleatórias com forte dependência estatística e que, no entanto, apresentam correlação nula. Nesse caso, devem-se usar outras medidas de dependência.

## 4 | RESULTADOS DA PESQUISA

### 4.1 Análise do patrimônio social x imobilizado das ICES

Nesta seção do artigo têm-se uma análise sobre a relação do GI, comparando as entidades com a média e a mediana, acompanhando a evolução do patrimônio social das ICES durante o período de 2010 a 2017. Além dessa, faz-se, também, uma análise dos índices do MEC, e da correlação com os investimentos em imobilizado. O Quadro 2, a seguir, apresenta o resultado dessas análises, demonstrando a mediana do patrimônio social, a média do percentual de imobilização, e a mediana da imobilização.

ANO	MEDIANA DO PATRIMÔNIO SOCIAL	MÉDIA DO PERCENTUAL DE IMOBILIZAÇÃO	MEDIANA DO PERCENTUAL DE IMOBILIZAÇÃO
2010	40.482.574,83	178,00%	129,67%
2011	36.680.181,91	283,05%	128,65%
2012	36.129.211,03	164,41%	111,48%
2013	57.466.925,73	153,87%	112,71%
2014	57.443.325,74	159,44%	118,03%
2015	86.873.051,77	101,62%	96,98%
2016	91.599.080,96	118,15%	98,43%
2017	94.090.198,69	116,45%	102,52%

Quadro 2 - Mediana Patrimônio Social, Média e Mediana de imobilização

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No ano 2010, a mediana do patrimônio social ficou em R\$ 40.482.574,83, com seis entidades acima da mediana, somando 84,06% do patrimônio social total. Apenas três ICES (UNISUL, UNC e UNOCHAPECÓ) ficaram entre as que apresentavam patrimônio acima da mediana, e o percentual de imobilização, igualmente, acima da mediana; já as entidades UNIPLAC, UNIBAVE e UNESC demonstraram possuir valores de imobilização acima da mediana, porém os valores dos patrimônios destas instituições ficaram abaixo do mediana.

No ano de 2011, a mediana do patrimônio social ficou em R\$ 36.680.181,91, sendo que as seis entidades que ficaram acima da mediana somaram 87,97% do patrimônio social total. Comparando a concentração de patrimônio acima da mediana, percebe-se que aumentou a concentração, ou seja, cinco entidades detiveram 87,97% do patrimônio total apurado.

No ano de 2012, a mediana do patrimônio social apresentou uma redução e resultou em R\$ 36.129.211,03, e as seis entidades que ficaram acima da mediana, somaram 88,52% do patrimônio social total. Nesse mesmo ano, apenas quatro ICES tiveram os investimentos acima da média, indicando que este indicador, em relação ao ano de 2011,

melhorou, e as ICES UNIPLAC, UNC, UNIBAVE e UNISUL tiveram a sua imobilização acima da média. Quanto à Mediana, esta ficou em 111,48%, de modo que houve uma pequena mudança entre as ICES, considerando o ano de 2012 em relação ao ano de 2011. A UNESCO que estava, em 2011, acima da mediana, em 2012, ficou abaixo; ao contrário, a UNIFEFE que estava abaixo em 2011 passou a ser a mediana em 2012.

No ano de 2013, a mediana do patrimônio social passou para R\$ 57.466.925,73, observando um acréscimo de 59,06%, e as seis entidades que se apresentaram acima da mediana somaram 79,12% do patrimônio social total. Com relação à média dos investimentos, estes tiveram uma redução de 10,54%; a média para este período ficou em 153,87%. Apenas três ICES tiveram os investimentos acima da média, representando um aumento da concentração de entidades.

Para o ano de 2014, a mediana do patrimônio social apresentou uma pequena redução, e concentração de patrimônio das seis entidades que se apresentaram acima da mediana, somando 78,32% do patrimônio social total. A média de investimentos das ICES em relação ao período anterior aumentou 5,57%. Por este ângulo, pode-se afirmar que houve um aumento nas imobilizações das ICES, e ainda verificou-se acima da média dos investimentos três ICES (UNIVALI, UNIPLAC e UNISUL). Essas mesmas ICES tiveram investimentos acima da média nos anos de 2014 e 2013.

No ano de 2015, a mediana do patrimônio social voltou a ter um crescimento, representativo de 51,23% em relação ao ano de 2014, porém as seis entidades que se apresentaram acima da mediana somaram 81,35% do patrimônio social total. No exercício de 2015, a UNIPLAC apresentou um patrimônio social líquido de R\$ -21.390.878,89. Com este resultado, a análise da média e da mediana das ICES foi prejudicada. Desse modo, as análises foram realizadas considerando os resultados apurados sem nenhum ajuste. A média de imobilização, no ano de 2015, diminuiu em relação ao ano anterior, influenciada pelo patrimônio negativo apontado pela UNIPLAC.

No ano de 2016, a mediana do patrimônio social mostrou um aumento, crescendo apenas 5,44%. As seis entidades que se apresentaram acima da mediana somaram 82,76% do patrimônio social total. No ano de 2016, comparando com o ano de 2015, a média aumentou. Em relação às ICES que se posicionaram acima da média, cinco foram identificadas ICES (UNIPLAC, UNISUL, UNIFEFE, UNESCO e UNC). Em 2015, o número de ICES acima da média foi seis.

No ano de 2017, a mediana do patrimônio social obteve crescimento inferior em relação ao ano de 2016. As seis entidades que se posicionaram acima da mediana somaram 81,83% do patrimônio social total. No ano de 2017, a média das imobilizações das ICES diminuiu em relação ao ano de 2016, e cinco ICES (UNIPLAC, UNISUL, UNESCO, UNIFEFE e UNC) tiveram o indicador de imobilização acima da média das demais entidades.

## 4.2 Indicadores do MEC, conceito institucional

Conforme a pesquisa realizada no *site* do MEC, apresentam-se, a seguir, no Quadro 3, os indicadores do Conceito Institucional de cada ICES.

CI - CONCEITO INSTITUCIONAL								
ICES	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
CATÓLICA	-	-	-	-	-	4	-	-
UNC	-	-	-	-	-	-	-	-
UNESC	-	-	-	-	-	4	-	-
UNIARP	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIBAVE	-	-	-	-	-	-	-	4
UNIDAVI	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIFEBE	-	-	-	-	-	-	-	-
UNIPLAC	-	-	-	-	-	-	-	4
UNISUL	-	-	-	-	-	-	-	5
UNIVALI	-	-	-	-	-	-	-	4
UNIVILLE	-	-	-	-	-	-	-	-
UNOCHAPECÓ	-	-	-	-	-	-	-	5
UNOESC	-	-	-	-	-	-	-	4

Quadro 3 - Conceito Institucional das ICES.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Conforme se pode observar no Quadro 3, as ICES passaram a apresentar os CI do ano de 2015 em diante, destacando-se o ano de 2017 como o ano mais expressivo, em que ocorreu o maior número de ICES com os indicadores relacionados. No entanto, apenas duas ICES apresentaram CI 5 (UNISUL e UNOCHAPECÓ).

## 4.3 Média do indicador de imobilização X indicador do MEC

Faz-se nesta seção, a partir do exposto no Quadro 4, uma breve discussão, no sentido de verificar se as ICES com maior GI são as ICES que possuem os maiores CI.



COMPARATIVO DA MÉDIA DE IMOBILIZAÇÃO DO PERÍODO (2010 A 2017)			
ICES	RANKING IMOBILIZAÇÃO	MÉDIA	CI - 2017
UNIPLAC	1º	582,63%	4
UNIVALI	2º	209,66%	4
UNISUL	3º	162,63%	5
UNC	4º	159,01%	0
UNESC	5º	125,13%	0
UNIBAVE	6º	123,62%	4
UNIFEFE	7º	119,86%	0
UNOCHAPECÓ	8º	110,40%	5
CATÓLICA	9º	109,96%	0
UNIVILLE	10º	109,58%	0
UNIARP	11º	96,98%	0
UNOESC	12º	90,14%	4
UNIDAVI	13º	72,27%	0

Quadro 4 - Comparativo da média de imobilização x indicador do MEC

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Para a criação desse Quadro 4, fez-se a média de imobilização de cada ICES no período de 2010 a 2017. Assim, observa-se uma média geral de 159,37%, indicando que as ICES imobilizaram o patrimônio social em 159,37% em média, e que, no geral, apenas três ICES tiveram valores acima desta média. Já a mediana ficou em 119,86%. Acima da mediana, foram identificadas duas entidades com conceito 4 e uma com conceito 5, e abaixo da mediana uma instituição com 5 e uma com conceito 4. Porém as três ICES como o maior GI obtiveram conceito 4 e 5. Essa informação leva ao entendimento de que o GI interfere no conceito do MEC. Esse fato, contudo, não é suficiente para se fazer esta afirmação. Assim, para testar esta hipótese, estabeleceu-se, conforme apresentada na próxima seção, uma análise de correlação numérica e uma análise do Coeficiente de Correlação Linear de Pearson.

#### 4.4 Análise da correlação entre o indicador do conceito institucional e o grau de imobilização

Para cálculo do valor do “r”, usou-se a tabela de cálculos intermediários, e a soma dos produtos o resultado da  $\sum(x' \cdot y')$ , que, em seguida, foi dividido por (n-1), conforme exposto, a seguir, na Tabela 4.

ICES	VALORES ORIGINAIS		VALORES PADRONIZADOS		PRODUTO (X.Y)
	X - GI	Y - CI	X - GI	Y - CI	
UNIPLAC	5,83	4,00	3,20	0,88	2,82
UNIVALI	2,10	4,00	0,38	0,88	0,34
UNISUL	1,63	5,00	0,02	1,32	0,03
UNC	1,59	0,00	0,00	-0,88	0,00
UNESC	1,25	0,00	-0,26	-0,88	0,23
UNIBAVE	1,24	4,00	-0,27	0,88	-0,24
UNIFEBE	1,20	0,00	-0,30	-0,88	0,26
UNOCHAPECÓ	1,10	5,00	-0,37	1,32	-0,49
CATÓLICA	1,10	0,00	-0,37	-0,88	0,33
UNIVILLE	1,10	0,00	-0,38	-0,88	0,33
UNIARP	0,97	0,00	-0,47	-0,88	0,42
UNOESC	0,90	4,00	-0,52	0,88	-0,46
UNIDAVI	0,72	0,00	-0,66	-0,88	0,58
SOMA	20,72	26,00	0,00	0,00	4,15
MÉDIA	1,59	2,00	0,00	0,00	
DESVIO PADRÃO	1,32	2,27	1,00	1,00	

Tabela 4: Cálculos intermediários para se obter o R

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O cálculo do coeficiente de Pearson foi feito a partir dos dados apresentados, conforme aplicação da fórmula 3.

$$r = \frac{\sum(x'.y')}{n-1} = \frac{4,15}{12} = 0,3458 \quad (3)$$

Segundo Barbetta (2014), esses resultados dos produtos, com valor positivo, indicam que existe uma relação positiva entre os dados. Isto é, como o resultado dos produtos foi de 4,15, dividido pelo n-1, onde o “n” é o número de ICES usadas neste cálculo, chegou-se no resultado positivo de 0,3458, o que já indica uma correlação fraca entre os indicadores do MEC o GI das ICES.

Mesmo o resultado apontando que existe uma relação positiva entre o GI com os indicadores do MEC, observa-se que há uma dispersão entre esses dois indicadores, ilustrada da Figura 1 mostrando a disposição dos dados.

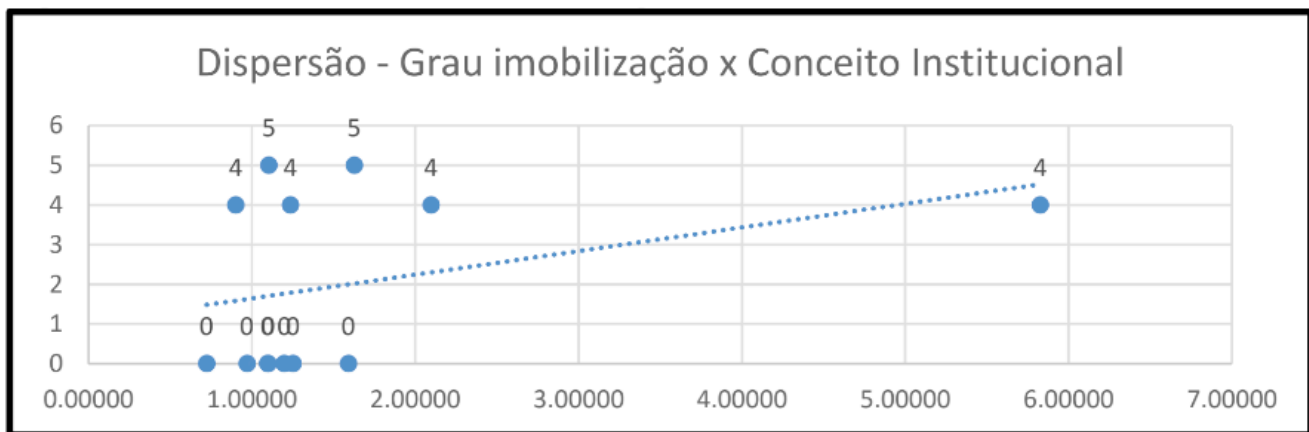


Figura: 1 – Dispersão – Grau Imobilização x Conceito Institucional

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Fazendo-se uma análise do gráfico de dispersão, pode-se afirmar que os dados possuem relação entre si, pois estão alinhados em torno de uma linha imaginária. Diante desta análise, com base nos dados apresentados, pode-se afirmar que existe uma relação entre o GI e os CI. Mesmo as ICES tendo um GI alto, significa dizer que terá um bom CI, e que este investimento, realizado pela ICES, se refletem em um bom conceito, conforme avaliação do MEC.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa atendeu o objetivo principal, que foi analisar se os investimentos feitos em imobilizado realizados pelas ICES catarinenses impactam nos indicadores avaliados pelo MEC. Conforme análise do Coeficiente de Correlação Linear de Pearson, os dados apontaram que há uma relação positiva, entre o GI e o CI. Diante dos resultados apresentados, chegou-se à conclusão de que os investimentos em estrutura física interferem nos indicadores do MEC. Sendo assim, pode-se concluir que as melhores universidades são as que mais investem em estrutura física.

As seis universidades que apresentaram patrimônio acima da mediana concentraram os maiores patrimônios, ou seja, o mínimo que se encontrou foi 78,32%, em 2014, e o mais alto foi 88,52%, em 2012, sendo assim, conclui-se que seis ICES concentraram mais da metade do Patrimônio total. Conclui-se também que as universidades que apresentaram o maior GI são as ICES que estão abaixo da mediana do patrimônio social. Apenas no ano de 2015, quatro ICES acima da mediana estão entre as que mais investiram. Diante dos dados apresentados, conclui-se que entidades menores destinaram grande parte dos recursos para os investimentos em imobilizado.

Percebeu-se que as ICES com o maior GI no período analisado apresentaram, no ano de 2017, conceitos 4 e 5 no MEC, e apenas duas entidades abaixo da mediana do GI tiveram conceito 4 e 5. As três universidades com o GI estão com conceitos 4 e 5, apenas

por esta análise descritiva dos indicadores.

Para trabalhos futuros recomenda-se uma pesquisa que acompanhe a evolução do patrimônio após 2017, e, com isso, compare os indicadores do MEC, para que sejam realizados os testes estatísticos, a fim de comprovar se as entidades que mais investiram no período anterior apresentaram conceito máximo, utilizando os dados após 2017 e verificando se os investimentos influenciaram nos novos conceitos do MEC.

Os investimentos em imobilizado nas ICES são relevantes quando há um investimento acima de 100 para o imobilizado, levando ao entendimento de que há uma falta de capital para aplicar no ativo circulante. Sendo assim, recomenda-se, ainda, como pesquisa complementar ao presente artigo, uma análise do capital de giros dessas instituições, a fim de comparar se as ICES com GI acima de 100 estão com dificuldade de liquidez ou não.

## REFERÊNCIAS

ACAFE – ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS. **Sobre a ACAFE**. Disponível em: < <http://new.acafe.org.br/acafe/>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. 9. ed. Universidade Federal de Santa Catarina. 2014.

BARREIRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Percurso da avaliação da educação superior nos Governos Lula. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 61-76, jan./mar. 2014.

BITTAR, Mariluce. O ensino superior privado no Brasil e a formação do segmento das universidades comunitárias. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 6, n. 2, p. 33-42, jun. 2001.

BITTAR, Mariluce. **Universidade comunitária: uma identidade em construção**. São Carlos, 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos.

BITTENCOURT, Radke Hélio; CASARTELLI, Alam de Oliveira; RODRIGUES, Alziro César de Moraes. **Sobre o índice geral de cursos (IGC)**. *Avaliação* (Campinas), v. 14, n. 3, p. 667-682, nov. 2009

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) **Roteiro de autoavaliação institucional orientações gerais** 2004. pdf. Brasília: MEC/CONAES/SESU/ INEP, 2004c.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes). Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES: **Instrumento de Avaliação Institucional Externa**. Brasília: MEC/CONAES/ INEP/DAES, 2010.

COOPER; D.R; SCHINDLER, P.S. **Método de pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2011.

CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BRITO, Márcia Regina F. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. **Avaliação-Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 13, n. 3, 2008.

LYRA, Ricardo Luiz Wust Correa; OLINQUEVITCH, José Leônidas. Análise do conteúdo informacional dos investimentos em ativos imobilizados: Um estudo de eventos em empresas negociadas na BOVESPA. **Revista Universo Contábil**, v. 3, n. 2, p. 39-54, 2007.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao sinaes. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v.15, n.1, p.195-224, mar.2010.

FANTI, Leonardo Donizete et al. Análise dos principais indicadores contábeis e financeiros: um estudo de caso sobre a Vale S/A nos anos de 2011 e 2012. **Desafio Online**, v. 4, n. 1, p. 100-116, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2008.

GRAZZIOLI A. et. al. **Manual de procedimentos para o Terceiro Setor**. Aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. Brasília, 2015. Disponível em: <[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo\\_MTS\\_web.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf)>. Acesso em: 13 jan. 2019.

HAIR JR, J.F; BABIN, B; MONEY, A.H; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Avaliação Institucional**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/avaliacao-institucional>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Índice Geral de Cursos (IGC). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinaes**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinaes>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

ABREU JÚNIOR, N. Sistema (s) de avaliação da educação superior brasileira. **Caderno CEDES**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 257-269, 2009.

JÚNIOR, Nelson de Abreu. Sistema(s) de avaliação da educação superior brasileira. **Caderno Cedes** Campinas. v. 29, n. 78, p. 257-269, maio/ago. 2009.

KRÜGER, Letícia Meurer. BORBA, José Alonso. DA SILVEIRA, Douglas. Análise da conformidade das demonstrações contábeis das fundações privadas de saúde do estado de Santa Catarina. **RIC-Revista de Informação Contábil**-ISSN: 1982-3967, v. 6, n. 1, p. 01-22.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços. Abordagem Gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017

MEC- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/270-programas-e-acoos-1921564125/sinaes-2075672111/12303-sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

PEIXOTO, Maria do Carmo Lacerda. Avaliação Institucional Externa do Sinaes: considerações sobre a prática recente. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 11-36, mar. 2010.

Pinto, Rafael Ângelo Bunhi. Universidade comunitária e avaliação institucional: o caso das universidades comunitárias gaúchas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, vol. 14, núm. 1, março, 2009,

pp. 185-215 Universidade de Sorocaba, Brasil 2008.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O Sinaes como Sistema. **R B P G**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006.

SALVIANI, Roberto. Desenvolvimento, antropologia e “participação”. Uma proposta de reflexão crítica. **Anuário Antropológico**, p. 227-261, 2010.

SCHIMDT, João Pedro. O comunitário em tempos de público não estatal. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 9-40, mar. 2010.

SILVA, Assis Leão; GOMES, Alfredo Macedo. Avaliação Institucional no Contexto do Sinaes: a CPA em questão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 3, p. 573-601, nov. 2011

SILVEIRA, D.; BORBA, J. A. Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n. 1, p. 41-68, 2010.

DIAS SOBRINHO, José Dias. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 193-207, mar. 2008.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria. **Educação Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 88, p. 703-725, Especial - Out. 2004.

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária**. São Paulo: Loyola, 2004.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Administração 4, 8, 18, 19, 31, 33, 38, 43, 44, 46, 50, 51, 64, 81, 84, 86, 131, 132, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 152

Administração Pública 46, 50, 140, 148, 150, 151, 152

Ameaça 8, 47

Andragogia 69

Aprendizado Ativo 133

Aprendizagem 22, 26, 27, 30, 35, 39, 42, 46, 53, 54, 55, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 90, 91, 95, 96, 97, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 133, 134, 136, 138, 155, 156, 157, 159, 160, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 179

### B

Botânica 101

Brand Equity 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 130, 131, 132

### C

Chatbots 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 112

### D

Deficiência Visual 90, 91, 92, 93, 94

Diretrizes Curriculares 38, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 88, 89

### E

Educação Especial 91, 94

Educação Médica 53, 133

Educação Pública 47, 50

Empreendedorismo 38, 46, 95, 97, 98

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 67, 69, 70, 77, 79, 80, 81, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 125, 126, 128, 134, 138, 139, 141, 143, 144, 147, 148, 150, 153, 155, 157, 160, 162, 163, 164, 169, 170, 171, 172, 176, 177, 178, 179

Ensino-Aprendizagem 26, 30, 53, 54, 59, 67, 69, 70, 95, 96, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 113, 134, 157, 160, 169, 170, 171, 176, 179

Ensino De Biologia 90, 102, 103

## G

Gestão 3, 8, 19, 36, 38, 41, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 76, 113, 114, 126, 130, 131, 132, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 177, 179

Gestão Centralizada 47

## L

Legislação EaD 21, 29

## M

Metodologia Ativa 95, 99

Monitoria 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

## P

Patrimônio Social 1, 8, 11, 12, 13, 15, 17

Pesquisa 1, 3, 4, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 27, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 64, 67, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 96, 99, 104, 105, 106, 108, 109, 110, 112, 115, 116, 117, 118, 122, 123, 125, 127, 128, 131, 134, 140, 141, 142, 144, 147, 148, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 177, 178, 179

Plataformas Digitais 8, 53, 55

Processo Ensino-Aprendizagem 67, 69, 70, 134

## R

Recurso Didático 101

## T

Tutor 21, 22, 23, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 62, 66, 93, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 134

## U

Universidade Comunitária 1, 10, 18, 19, 20

## W

WhatsApp 61, 62, 64, 65, 66, 67



 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**